

SECRETARIA DA FAZENDA



EC 87/2015 - ICMS CONSUMIDOR FINAL

**OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS PARA
CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS**

A PARTIR DE 01/10/2017

atualizado em **14/11/2018**

alterado o item 1.5.1

| HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÕES | |
|----------------------------------|---|
| DATA ATUALIZAÇÃO | ITENS ALTERADOS |
| 28/06/2018 | acrescentado o item 5.6 |
| 21/06/2018 | alterados os itens 4.2.9, 4.2.10 e 4.2.12 |
| 08/06/2018 | alterado o item 5.5 |
| 01/12/2017 | atualizado em 01/12/2017 |

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM PERNAMBUCO | 7 |
| 1.1 BASE DE CÁLCULO | 7 |
| 1.2 CÁLCULO DO ICMS CONSUMIDOR FINAL | 8 |
| 1.2.1 Regra geral..... | 8 |
| 1.2.2 Mercadorias cuja operação interna em Pernambuco contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza..... | 8 |
| 1.3 BENEFÍCIOS FISCAIS | 9 |
| 1.3.1 Benefícios na UF de origem..... | 9 |
| 1.3.2 Benefícios na UF de destino | 9 |
| 1.4 EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL..... | 10 |
| 1.4.1 Nota Fiscal eletrônica – NF-e..... | 10 |
| 1.4.2 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e..... | 11 |
| 1.5 RECOLHIMENTO DO IMPOSTO | 12 |
| 1.5.1 Obrigação tributária..... | 12 |
| 1.5.2 Partilha provisória..... | 12 |
| 1.5.3 FECEP | 13 |
| 1.5.4 Prazos de recolhimento..... | 13 |
| 1.5.5 Quadro-Resumo..... | 14 |
| 1.6 INSCRIÇÃO ESTADUAL | 14 |
| 1.7 GUIA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - GIA-ST | 15 |
| 2. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE PERNAMBUCO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO | 16 |
| 2.1 CÁLCULO DO ICMS CONSUMIDOR FINAL | 16 |
| 2.1.1 Regra geral..... | 16 |

| | |
|---|----|
| 2.1.2 Mercadorias cuja operação interna na UF de destino contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza..... | 16 |
| 2.2 BENEFÍCIOS FISCAIS..... | 16 |
| 2.3 EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL..... | 17 |
| 2.4 RECOLHIMENTO DO IMPOSTO | 17 |
| 2.4.1 Obrigação tributária..... | 17 |
| 2.4.2 Partilha provisória..... | 18 |
| 2.4.3 FCP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza..... | 18 |
| 2.4.4 Prazos de recolhimento..... | 18 |
| 2.4.5 Quadros-Resumo | 19 |
| 2.5 GUIA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - GIA-ST | 20 |
| 2.6 ESCRITURAÇÃO FISCAL..... | 20 |
| 2.7 MERCADORIA SUJEITA À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA EM PE..... | 20 |
| 2.7.1 Emissão do documento fiscal..... | 21 |
| 2.7.2 Escrituração fiscal | 21 |
| 2.7.3 Ressarcimento do ICMS quando recolhido a maior para PE | 21 |
| 2.8 OPERAÇÃO EFETUADA POR CONTRIBUINTE NÃO INSCRITO NO CACEPE..... | 21 |
| 3. SIMPLES NACIONAL..... | 22 |
| 3.1 APLICABILIDADE..... | 22 |
| 3.2 DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA E ANTECIPAÇÃO – DESTDA..... | 22 |
| 4. EXEMPLOS | 23 |
| 4.1 OPERAÇÕES/PRESTAÇÕES DESTINADAS A PERNAMBUCO | 23 |
| 4.2 OPERAÇÕES/PRESTAÇÕES INICIADAS EM PERNAMBUCO | 27 |
| 5. PERGUNTAS E RESPOSTAS | 44 |
| LEGISLAÇÃO CONSULTADA..... | 47 |

**EC 87/2015 - ICMS CONSUMIDOR FINAL
A PARTIR DE 01/10/2017**

INTRODUÇÃO

Constituição Federal/1988, art. 155, VII e VIII, § 2º; Convênio ICMS 93/2015; Convênio ICMS 153/2015; Lei nº 12.523/2003, art. 2º, I; Decreto nº 42.546/2015.

Até 31/12/2015, as operações e prestações interestaduais com mercadorias e serviços destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS eram tributadas utilizando-se a alíquota aplicada às operações e prestações internas na Unidade da Federação - UF de origem dos bens ou serviços (UF do remetente ou prestador), e a receita do ICMS pertencia totalmente a esta.

A partir de 01/01/2016, com a promulgação da Emenda Constitucional 87/2015, essas operações e prestações passam a ser tributadas com alíquota interestadual, ficando este ICMS na UF de origem, e cabendo à UF de destino o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna da UF de destino e a alíquota interestadual.

OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE VENDA A CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS

| | ATÉ 31/12/2015 | A PARTIR DE 01/01/2016 | |
|--------------------------|--|--|---|
| UF TRIBUTANTE | UF ORIGEM | UF ORIGEM | UF DESTINO |
| ALÍQUOTA | INTERNA DA UF ORIGEM | INTERESTADUAL (12%, 7% ou 4%) | -- |
| IMPOSTO DEVIDO | Apuração (Regime Normal) ou Faturamento (Simples Nacional) | Apuração (Regime Normal) ou Faturamento (Simples Nacional) | Diferença entre a alíquota interna da UF de destino e a alíquota interestadual* |
| DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO | DAE (Regime Normal) ou DAS (Simples Nacional) | DAE (Regime Normal) ou DAS (Simples Nacional) | GNRE ou documento de arrecadação da UF de destino |

*Observar partilha provisória (itens 1.5.2, 2.4.2, 1.5.3 e 2.4.3 deste informativo)

No período de 2016 a 2018, a diferença de alíquota, que a princípio seria 100% da UF de destino, será partilhada em percentuais anuais estabelecidos no Convênio ICMS 93/2015, chegando a ser totalmente da UF de destino a partir de 2019.

Para fins didáticos, passaremos a chamar a diferença de alíquota pertencente à UF de destino nas operações e prestações interestaduais que destinem bens ou serviços a não contribuinte do ICMS de **“ICMS Consumidor Final”**.

Quando a operação interna da UF de destino contemplar o adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FCP de até 2%, conforme legislação de cada UF, este adicional deverá ser recolhido à parte e integralmente para a UF de destino, inclusive no período em que o ICMS Consumidor Final for partilhado entre as UF's envolvidas. As UF's de origem deixam, portanto, de cobrar o referido adicional nas operações interestaduais a consumidor final não inscrito, passando a recebê-lo quando for UF de destino. Em Pernambuco, este adicional é denominado de Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECEP.

Para cálculo do ICMS Consumidor Final, os benefícios fiscais de redução de base de cálculo ou isenção concedidos no local de destino devem ser considerados. Já os benefícios porventura vigentes no local de origem não devem ser considerados no referido cálculo.

Na página do Confaz na Internet (www.confaz.fazenda.gov.br) em “Legislação” > “Alíquotas ICMS estaduais” podem ser encontradas as alíquotas e alguns benefícios das diversas UFs, como isenção e redução de base de cálculo.

A responsabilidade pelo recolhimento do ICMS Consumidor Final, bem como do adicional do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, quando houver, é do contribuinte da UF de origem, que deve utilizar GNRE – Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais ou documento específico da UF de destino, com códigos distintos, podendo fazê-lo no início de cada operação ou prestação, ou mensalmente, se já for inscrito como contribuinte substituto na UF de destino, ou se vier a obter inscrição com a finalidade de realizar estas operações ou prestações a consumidor final.

DESTINAÇÃO DO ICMS A PARTIR DE 01/01/2016

| UF ORIGEM (UF DO REMETENTE DA MERCADORIA OU DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO) | UF DESTINO (UF DO DESTINATÁRIO DA MERCADORIA OU DO TÉRMINO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO) |
|---|--|
| ICMS alíquota interestadual | -- |
| ICMS Consumidor Final (até 2018, parcial) | ICMS Consumidor Final (até 2018, parcial. A partir de 2019, total) |
| -- | FCP, se houver. |

1. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM PERNAMBUCO

Quando o fato gerador do ICMS ocorrer em outra UF, com operações ou prestações interestaduais que destinem bens e serviços para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em Pernambuco, cabe a este Estado o montante do imposto aqui denominado ICMS Consumidor Final, relativo à diferença entre a alíquota vigente para a operação ou prestação interna e a utilizada na operação/prestação interestadual (Lei nº 15.730/2016, art. 2º, §§ 4º e 5º, Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, I, §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º).

1.1 Base de Cálculo

Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, § 1º; Lei nº 15.730/2016, art. 12, § 1º, I.

A base de cálculo do ICMS Consumidor Final é única e corresponde ao valor da operação ou o preço do serviço, observado o disposto no § 1º do art.13 da Lei Complementar nº 87/1996.

IMPORTANTE:

Lei nº 15.730/2016, art. 12, § 1º, I

O referido imposto é aquele relativo à operação ou prestação interna na UF de destino da mercadoria ou serviço.

O valor do desconto concedido de forma **incondicional** não integra a base de cálculo do ICMS, ou seja, deve-se considerar o valor da operação abatido o desconto.

1.2 Cálculo do ICMS Consumidor Final

1.2.1 Regra geral

Lei nº 15.730/2016, art. 2º, § 4º; Convênio ICMS 93/2015

Para encontrar o valor do ICMS Consumidor Final, o contribuinte deve:

- aplicar a alíquota interna da UF de destino sobre a base de cálculo (valor da operação ou prestação), para encontrar o ICMS total devido na operação ou prestação;
- aplicar a alíquota interestadual vigente na UF do remetente à mesma base de cálculo, para encontrar o ICMS de origem;
- o ICMS Consumidor Final corresponderá ao valor da diferença entre os itens acima (a – b).

$$\text{ICMS Consumidor Final} = (\text{BC} \times \text{alíquota interna da UF de destino}) - (\text{BC} \times \text{alíquota interestadual UF de origem})$$

1.2.2 Mercadorias cuja operação interna em Pernambuco contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza

Lei nº 15.730/2016, art. 15, II, Anexo 1; Lei nº 12.523/2003, art. 2º, I; Decreto nº 26.402/2004

Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final, o remetente deve observar a legislação da UF de destino, de modo a identificar se a mercadoria está sujeita ao adicional de ICMS relativo ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FCP (em Pernambuco, FECEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza). Este deverá ser recolhido à parte e integralmente para a UF de destino.

ANEXO 1 PRODUTO RELACIONADO NA LEI Nº 12.523/2003 - FECEP

| DESCRIÇÃO DO PRODUTO | CLASSIFICAÇÃO NBM/SH | ALÍQUOTA (%) | |
|---|----------------------|----------------|------------------------|
| | | Até 31/12/2019 | A partir de 01/01/2020 |
| Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos. | 2402 | 29 | 27 |
| Gasolina | 2710.12.5 | | |
| Armas. | 9302, 9303 e 9304 | | |
| Partes e acessórios de revólveres e pistolas. | 9305 | | |
| Bombas, granadas, torpedos, minas, mísseis, cartuchos e outras munições e projéteis e suas partes, incluídos os zagalotes, chumbos de caça e buchas para cartuchos. | 9306 | | |
| Bebidas alcoólicas, exceto aguardente de cana-de-açúcar ou de melaço. | 2203 a 2208 | 27 | |
| Balões, dirigíveis, planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor. | 8801.00.00 | | |
| Veículo aéreo para propulsão com motor, do tipo "ultraleve". | 8802 | | |

| | | | |
|---|------|--|--|
| lates e outros barcos e embarcações de recreio ou de esporte, barcos a remo, canoas e <i>jet-skis</i> . | 8903 | | |
|---|------|--|--|

Em Pernambuco, as mercadorias sujeitas ao FECEP são as acima relacionadas, cujas alíquotas internas já contemplam o adicional de **2%** destinado ao referido fundo. O remetente situado em outra UF deve fazer o cálculo do FECEP de forma separada, excluindo da alíquota interna este percentual.

ICMS Consumidor Final = [BC x (alíquota interna em PE – 2%)] - BC x alíquota interestadual

Adicional do FECEP para Pernambuco = BC x 2%

1.3 Benefícios fiscais

Convênio ICMS 153/2015

1.3.1 Benefícios na UF de origem

Quando a operação ou prestação interestadual for beneficiada com redução de base de cálculo ou isenção, implementadas na UF de **origem**, o cálculo do ICMS Consumidor Final será efetuado considerando-se a diferença entre a alíquota interna da UF de destino e a alíquota interestadual estabelecida pelo Senado Federal para a respectiva operação ou prestação, independente da redução ou isenção concedida na operação/prestação interestadual.

A fórmula de cálculo é a mesma apresentada no item 1.2.1 deste informativo.

No entanto, o ICMS a ser recolhido na origem, e destacado no documento fiscal como ICMS interestadual, deve ser calculado considerando a redução, ou não destacado nem recolhido se for o caso de isenção.

1.3.2 Benefícios na UF de destino

Quando houver benefício de redução de base de cálculo, inclusive carga tributária líquida, na correspondente operação/prestação interna da UF de **destino**, este deve ser considerado no cálculo do ICMS Consumidor Final.

Redução de base de cálculo na UF de destino:

ICMS Consumidor Final = [(BC original x alíquota interna da UF de destino) – (BC original x alíquota interestadual UF de origem)] x % BC devido

Onde % BC devido = percentual da base de cálculo efetivamente utilizado no cálculo das respectivas operações internas da UF de destino.

Nos casos de isenção implementada na correspondente operação/prestação interna da UF de destino, deve constar no documento fiscal apenas o valor da alíquota interestadual a ser recolhido à UF de origem. Não há recolhimento para a UF de destino, inclusive quando o remetente for optante do Simples Nacional.

IMPORTANTE:

Considera-se unidade federada de destino do serviço de transporte aquela onde tenha fim a prestação. O recolhimento não se aplica quando o transporte for efetuado pelo próprio remetente ou

por sua conta e Ordem (cláusula *CIF – Cost, Insurance and Freight*).

1.4 Emissão do documento fiscal

As operações com mercadorias e as prestações de serviço de transporte interestaduais de cargas para consumidor final não contribuinte do ICMS devem ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55 e o Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.

1.4.1 Nota Fiscal eletrônica – NF-e

As operações interestaduais para consumidor final não contribuinte do ICMS devem ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, a qual deve conter as informações previstas no Ajuste SINIEF nº 07/2005 e também no Convênio ICMS nº 93/2015. Para a emissão da NF-e devem ser observadas ainda as regras previstas nas Notas Técnicas disponíveis no “Portal da Nota Fiscal Eletrônica” (<http://www.nfe.fazenda.gov.br>) em Documentos >>> Notas Técnicas.

Em face das novas regras de tributação para as operações de venda para consumidor final não contribuinte do ICMS, foi criado um novo grupo de informações a ser preenchido quando da emissão da NF-e, denominado “ICMS para a UF de destino”:

- Valor da Base de Cálculo do ICMS na UF de destino;
- Valor da Base de Cálculo do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza na UF de destino, se houver;
- Percentual do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza na UF de destino, se houver;
- Alíquota interna da UF de destino (informar sem o percentual do Fundo de Combate à Pobreza, se houver);
- Alíquota interestadual das UFs envolvidas:
 - 4% alíquota interestadual para produtos importados;
 - 7% para as UFs de origem do Sul e Sudeste (exceto ES), destinado às UFs do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo;
 - 12% para os demais casos;
- Percentual provisório de partilha do ICMS Interestadual para UF de destino: 40% em 2016, 60% em 2017, 80% em 2018 e 100% a partir de 2019;
- Valor do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza da UF de destino, se houver;
- Valor do ICMS Interestadual para a UF de destino (ICMS Consumidor Final - destino);
- Valor do ICMS Interestadual para a UF do remetente (ICMS Consumidor Final - origem).

Já no grupo “Total da NF-e” foram criados novos campos para identificar a distribuição do ICMS Interestadual para a UF de destino na operação interestadual de venda para consumidor final não contribuinte do ICMS:

- Valor total do ICMS relativo Fundo de Combate à Pobreza da UF de destino;
- Valor total do ICMS Interestadual para a UF de destino (ICMS Consumidor Final - destino);

- Valor total do ICMS Interestadual para a UF do remetente (ICMS Consumidor Final - origem).

IMPORTANTE:

Não haverá alteração no leiaute do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - Danfe, mas as empresas remetentes devem informar, no campo de “Informações Complementares”, os valores descritos no grupo de tributação do ICMS para a UF de destino, visando facilitar o processo de controle realizado pelas equipes de fiscalização de mercadorias em trânsito.

1.4.2 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e

As prestações interestaduais de serviços de transporte para consumidor final não contribuinte do ICMS devem ser acobertadas pelo Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, contendo as informações previstas no Ajuste SINIEF nº 09/2007 e também no Convênio ICMS nº 93/2015. Para a emissão do CT-e devem ser observadas ainda as regras previstas nas Notas Técnicas. disponíveis no “Portal do Conhecimento de Transporte Eletrônico” (<http://www.cte.fazenda.gov.br>) em Documentos >>> Notas Técnicas.

Para identificar o ICMS Interestadual nas prestações para consumidor final não contribuinte do ICMS, foi criado um novo grupo denominado “Informações do ICMS de partilha com a UF de término do serviço de transporte na operação interestadual”, devendo ser preenchidas as seguintes informações:

- Valor da Base de Cálculo do ICMS na UF de término da prestação do serviço de transporte;
- Percentual de ICMS correspondente ao Fundo de Combate à Pobreza na UF de término da prestação, se houver;
- Alíquota interna da UF de término da prestação do serviço de transporte;
- Alíquota interestadual das UF envolvidas;
- Percentual provisório de partilha para UF de destino: 40% em 2016; 60% em 2017; 80% em 2018, e 100% a partir de 2019;
- Valor de ICMS correspondente ao Fundo de Combate à Pobreza na UF de término da prestação, se houver;
- Valor do ICMS de partilha para a UF de término da prestação do serviço de transporte;
- Valor do ICMS de partilha para a UF de início da prestação do serviço de transporte.

IMPORTANTE:

Não haverá alteração no leiaute do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE. No entanto, as empresas emitentes do CT-e devem informar, no campo de “informações adicionais”, os valores recolhidos através de GNRE e descritos no campo “Valor do ICMS de partilha para a UF de término da prestação do serviço de transporte” visando à conferência nas unidades de fiscalização de mercadorias em trânsito das UFs de término da prestação do serviço de transporte.

1.5 Recolhimento do imposto

1.5.1 Obrigação tributária

Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, I, “c”, II, “c”; Lei nº 15.730/2016, art. 16, § 2º, II, b; Convênio SINIEF 06/1989, art. 88-A, § 1º, I, “n” e “o”; Portaria SF nº 012/2003.

A obrigação tributária de recolhimento do ICMS Consumidor Final cabe ao contribuinte remetente do bem ou prestador do serviço, inclusive quando optante pelo Simples Nacional.

O contribuinte localizado em outra UF deve recolher o ICMS Consumidor Final para Pernambuco através de GNRE - Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais, com os seguintes códigos, observando-se a partilha provisória citada no próximo item:

- 10010-2 - ICMS Consumidor Final, recolhimento a cada operação/prestação;
- 10011-0 - ICMS Consumidor Final, recolhimento mensal, por apuração.

Os recolhimentos efetuados através dos códigos de GNRE acima mencionados serão transformados no código de receita (interno) 076-0.

IMPORTANTE:

(Decreto nº 42.546/2015, arts. 1º-A ao 1º-C)

A partir de 1º de novembro de 2018, com base nas informações constantes do banco de dados da Secretaria da Fazenda, relativas às operações ou prestações de serviço interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado neste Estado, será disponibilizado ao contribuinte o **Extrato de Notas Fiscais/Consumidor Final**, por período fiscal, contendo os valores do imposto devido. (Decreto nº 42.546/2015, arts. 1º-A e 1º-B)

O referido Extrato de Notas Fiscais/Consumidor Final pode ser obtido:

- quando o **contribuinte não for inscrito no Cacepe, mediante solicitação à unidade fiscal** com atribuições de cobrança e atendimento ao contribuinte, pertencente ao órgão da Sefaz responsável pelos Postos Fiscais; ou
- quando o **contribuinte for inscrito no Cacepe**, por meio de **acesso ao sistema relativo ao controle de mercadoria em trânsito**, na **ARE Virtual**, na página da Sefaz na Internet: (www.sefaz.pe.gov.br) > ARE Virtual > Tributário > Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT).

Caso o contribuinte não reconheça os valores disponibilizados no Extrato de Notas/Consumidor Final, no todo ou em parte, pode solicitar uma **retificação** dos valores, dirigida à unidade fiscal pertencente ao órgão da Sefaz responsável pelos Postos Fiscais. (Decreto nº 42.546/2015, art. 1º-C)

1.5.2 Partilha provisória

Lei nº 15.730/2016, art. 16, § 3º; Convênio ICMS 93/2015, cláusula décima

Entre os exercícios 2016 a 2018, o valor do ICMS Consumidor Final obtido através das fórmulas de cálculo deste informativo deve ser partilhado entre as UFs de origem e de destino. A partir de 2019 este imposto será totalmente recolhido para a UF de destino.

Quando o consumidor final estiver localizado em Pernambuco, deverá ser recolhido para este Estado parte do ICMS Consumidor Final, nos percentuais de 40% em 2016; 60% em 2017 e 80% em 2018.

TABELA DE PARTILHA PROVISÓRIA DO ICMS CONSUMIDOR FINAL

| ANO | UF ORIGEM | UF DESTINO |
|------------|------------------|-------------------|
| 2016 | 60% | 40% |
| 2017 | 40% | 60% |
| 2018 | 20% | 80% |
| 2019 | --- | 100% |

1.5.3 FECEP

Convênio SINIEF 06/1989, art. 88-A, § 1º, I, "p" e "q"

Nas operações interestaduais para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em PE, com mercadorias sujeitas ao recolhimento do adicional de 2% do FECEP, conforme descrito no item 1.2.2 deste informativo, este será recolhido em separado e **integralmente** para Pernambuco (não há partilha provisória deste valor).

O remetente do bem ou prestador de serviço localizado em outra UF deve recolher o FECEP para Pernambuco através de GNRE, com os seguintes códigos:

- 10012-9 - ICMS Fundo Estadual de Combate à Pobreza, recolhimento por operação;
- 10013-7 - ICMS Fundo Estadual de Combate à Pobreza, recolhimento mensal, por apuração.

Os recolhimentos efetuados através dos códigos de GNRE acima mencionados serão transformados internamente no código de receita 099-0.

1.5.4 Prazos de recolhimento

Convênio ICMS 93/2015, cláusula quarta e cláusula quinta, §§ 2º e 5º

Os contribuintes **não inscritos** no Cacepe devem recolher o ICMS Consumidor Final e o FECEP (quando houver) na saída do bem ou no início da prestação, em relação a cada operação ou prestação. As GNREs devem mencionar o número do respectivo documento fiscal e acompanhar o trânsito do bem ou a prestação do serviço.

Os contribuintes **inscritos** no Cacepe recolherão o ICMS Consumidor Final e o FECEP (quando houver) até o dia 15 do mês subsequente à saída do bem ou ao início da prestação de serviço. Na hipótese de já possuir inscrição como contribuinte substituto, o prazo para os recolhimentos acima citados será aquele previsto no respectivo convênio ou protocolo que dispõe sobre a substituição tributária, com o código específico previsto para o recolhimento do ICMS Consumidor Final, citado no item 1.5.5 deste informativo.

IMPORTANTE:

A inadimplência do contribuinte inscrito em relação ao ICMS Consumidor Final, ou a irregularidade de sua inscrição estadual faculta à unidade federada de destino exigir que o imposto seja recolhido na saída da mercadoria ou início da prestação.

1.5.5 Quadro-Resumo

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO A PERNAMBUCO

| Imposto | | ICMS CONSUMIDOR FINAL | | FECEP | |
|--------------------------|--|---|--|---|--|
| Contribuinte | | Inscrito no Cacepe | NÃO inscrito no Cacepe | Inscrito no Cacepe | NÃO inscrito no Cacepe |
| Documento de arrecadação | | GNRE | GNRE | GNRE | GNRE |
| Código de receita | | 10011-0 | 10010-2 | 10013-7 | 10012-9 |
| Prazos de recolhimento | inscrito no regime EC 87/2015 | dia 15 do mês subsequente | antes da saída do bem ou início da prestação | dia 15 do mês subsequente | antes da saída do bem ou início da prestação |
| | inscrito no regime Substituto Tributário | prazo previsto no convênio ou protocolo de ST | | prazo previsto no convênio ou protocolo de ST | |

1.6 Inscrição Estadual

Convênio ICMS 152/2015, cláusula terceira; Portaria SF nº 140/2013, art. 3º, §§ 9º e 10

A Sefaz-PE criou um regime de pagamento específico denominado **Regime EC 87/2015** para o contribuinte localizado em outra Unidade da Federação que realizar operações ou prestações interestaduais para consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco. As inscrições estaduais no Cacepe - Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco serão concedidas àqueles contribuintes que apresentarem um volume mensal de operações/prestações destinadas a PE igual ou superior a 30 nos últimos 12 meses de atividade ou período inferior, no caso de início de atividade.

Para obtenção da inscrição estadual no Regime EC 87/2015, somente o **sócio** de empresa com função gerencial (sócio administrador/administrador), localizada em outra Unidade da Federação poderá, **com sua certificação digital**, solicitar a inscrição no Cacepe através do e-Fisco, na página da Sefaz na Internet (www.sefaz.pe.gov.br) > ARE Virtual > Serviços Mais Utilizados > Solicitação de Inscrição Estadual > Incluir.

Os documentos a seguir devem ser anexados eletronicamente:

- documento de constituição da empresa ou de consolidação, o que for mais recente (contrato social/alteração contratual, ata de assembleia ou estatuto);
- certidão específica do quadro societário ou de diretores;
- certidão de regularidade fiscal estadual ou distrital, emitida pela UF de domicílio do requerente.

Após anexação dos documentos, será necessária a assinatura eletrônica para conclusão da solicitação.

IMPORTANTE:

Convênio ICMS nº 93/2015, cláusula quinta, §§ 1º e 4º

1. O contribuinte localizado em outra UF que já seja inscrito no Cacepe na condição de contribuinte-substituto tributário ficará dispensado de nova inscrição estadual, não sendo necessário obter a inscrição no regime de pagamento EC 87/2015;
2. O número da inscrição estadual deve ser apostado em todos os documentos fiscais dirigidos à unidade federada de destino, inclusive nos respectivos documentos de arrecadação.

1.7 Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST

Decreto nº 19.528/1996, art. 27-A, I, "b"; Portaria SF nº 142/2002; Ajuste SINIEF 04/1993

A GIA-ST - Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária teve sua função e obrigatoriedade ampliadas para contemplar as informações relativas aos contribuintes inscritos na UF de destino que realizarem operação ou prestação destinando mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outra UF.

Desta forma, os contribuintes de outra UF inscritos no Cacepe que realizarem operação ou prestação destinando mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em PE deverão apresentar a GIA-ST, ainda que não realizem operações ou prestações sujeitas à substituição tributária.

Na GIA-ST, além de outros campos de preenchimento obrigatório previstos no Ajuste SINIEF 04/1993 e alterações, devem ser informados o valor do ICMS devido à unidade federada de destino em decorrência de operações ou prestações realizadas a consumidor final não contribuinte do imposto, bem como a data de vencimento do ICMS devido à UF de destino conforme prazo de pagamento definido na legislação da unidade federada de destino. Em Pernambuco, ver item 1.5.5 deste informativo.

Deverão ser informados separadamente os valores do ICMS **não** relativos ao FECEP, e aquele relativo a este fundo, se houver, com as respectivas datas de vencimento.

A GIA-ST deve ser apresentada mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao referido período fiscal, mediante transmissão via Internet, utilizando programa específico destinado à digitação, validação, transmissão e recepção, disponível na página da Sefaz na Internet (www.sefaz.pe.gov.br).

Mais informações sobre o preenchimento da GIA-ST devem ser obtidos no Ajuste SINIEF 04/1993.

IMPORTANTE:

Ajuste SINIEF 12/2015, cláusula décima sexta

Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional estão **dispensados** da entrega da GIA-ST, devendo apresentar a DeSTDA, conforme item 3.2 deste informativo.

2. OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES EFETUADAS POR CONTRIBUINTE DE PERNAMBUCO PARA CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Nas operações e prestações interestaduais, **com origem em Pernambuco**, que destinem bens e serviços para consumidor final não contribuinte do ICMS, regra geral, cabe a este Estado o imposto relativo à alíquota interestadual, e à UF de localização do destinatário o montante aqui denominado ICMS Consumidor Final (Lei nº 15.730/2016, art. 16, §§ 2º e 3º).

IMPORTANTE:

Convênio ICMS 93/2015, cláusula terceira; Lei Complementar nº 87/1996, arts. 19 e 20

O crédito fiscal relativo às operações e prestações anteriores deve ser utilizado integralmente na compensação do débito devido a Pernambuco, exceto nas situações específicas de benefícios fiscais na operação interestadual, nos termos da legislação pertinente.

2.1 Cálculo do ICMS Consumidor Final

2.1.1 Regra geral

Lei nº 15.730/2016, art. 2º, § 4º, Convênio ICMS 93/2015

Como regra geral, devem ser observadas as mesmas definições e fórmulas de cálculo dispostas no item 1.2 deste informativo.

$$\text{ICMS Consumidor Final} = (\text{BC} \times \text{alíquota interna da UF de destino}) - (\text{BC} \times \text{alíquota interestadual UF de origem})$$

2.1.2 Mercadorias cuja operação interna na UF de destino contemple o adicional do Fundo de Combate à Pobreza

Convênio ICMS 93/2015, cláusula segunda, § 4º

Nas operações interestaduais destinadas a consumidor final, o remetente deve observar a legislação da UF de destino, de modo a identificar se a mercadoria está sujeita ao adicional de ICMS relativo ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FCP.

O remetente deve fazer o cálculo de forma separada, observando a legislação da UF de destino quanto ao percentual e forma de cálculo. Este montante deve ser integral e separadamente enviado à UF de destino, sem integrar os cálculos do ICMS Consumidor Final.

$$\text{Adicional do FCP} = \text{BC} \times \text{percentual FCP}$$

2.2 Benefícios Fiscais

Convênio ICMS 153/2015; Decreto nº 42.594/2016.

Além do tratamento e forma de cálculo relativamente aos benefícios fiscais existentes nas UFs de origem e destino descritos no item 1.3 deste informativo, quando a operação ou prestação de serviço se iniciar em Pernambuco, o benefício fiscal porventura existente sobre o ICMS devido na operação interestadual deverá

incidir também sobre a parcela do ICMS Consumidor Final devida a este Estado, já que este imposto tem a mesma natureza jurídica daquele.

Observar os exemplos sobre o assunto no item 4.2 deste informativo.

IMPORTANTE:

Decreto nº 44.650/2017, art. 312 a 314

O estabelecimento comercial varejista, inscrito no regime normal de apuração e recolhimento do ICMS, que realize vendas exclusivamente por meio da Internet ou de telemarketing, relativamente à saída interestadual de mercadoria que promover destinada a não contribuinte do ICMS, fica concedido crédito presumido, no montante equivalente ao resultado da aplicação dos percentuais a seguir relacionados, sobre o valor da saída, vedado o crédito fiscal relacionado à operação beneficiada.

- 11,2%, quando a alíquota interestadual aplicável for 12%;
- 3,5%, quando a alíquota interestadual aplicável for 4%.

2.3 Emissão do documento fiscal

Para emissão dos documentos fiscais correspondentes às operações e prestações de que trata este informativo, observar o item 1.4 deste informativo.

IMPORTANTE:

Decreto nº 21.073/1998, art. 1º; Decreto 44.650/2017, art. 147; Protocolo ICMS nº 42/2009, cláusula segunda, II; Portaria SF nº 393/1984; Convênio ICMS 93/2015

Nas aquisições em Pernambuco, efetuadas por consumidor final não contribuinte do ICMS em que tenha sido emitido o Cupom Fiscal ou a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e, caso seja solicitado pelo comprador da mercadoria a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), com endereço do adquirente em outra UF, o contribuinte deverá:

- emitir nota fiscal de entrada simbólica, no valor da operação de venda da mercadoria, a fim de promover a anulação da operação;
- emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), observando as regras previstas neste informativo;
- comunicar o fato à Sefaz, uma vez que não há previsão legal específica para esta situação.

2.4 Recolhimento do imposto

Lei nº 15.730/2016, art. 16, §§ 2º e 3º Convênio ICMS 93/2015, cláusula décima

2.4.1 Obrigação tributária

A obrigação tributária de recolhimento do ICMS Consumidor Final cabe ao contribuinte remetente do bem ou prestador do serviço, inclusive quando optante pelo Simples Nacional (neste caso, apenas da parcela pertencente à UF de destino, conforme descrito no item 3 deste informativo).

Para o contribuinte remetente ou prestador localizado em Pernambuco, tanto o valor relativo à alíquota interestadual como o percentual da partilha provisória do ICMS Consumidor Final cabível a este Estado, citado no próximo item, serão lançados no SEF, para recolhimento como ICMS normal (cód. rec. 005-1), desde que não tenham sido objeto de substituição tributária. Ver item 2.6 deste informativo (Escrituração fiscal).

O ICMS Consumidor Final devido à UF de **destino**, bem como o valor do FCP, se houver, será recolhido por meio de GNRE ou outro documento de arrecadação, de acordo com a legislação da UF de destino. Caso a legislação da UF de destino indique o recolhimento através de GNRE, observar os códigos de recolhimento citados nos itens 1.5.1 e 1.5.3 deste informativo.

2.4.2 Partilha provisória

Nas operações e prestações interestaduais para consumidor final entre os exercícios 2016 a 2018, o valor do ICMS Consumidor Final obtido através das fórmulas de cálculo deste informativo deve ser partilhado entre as UFs de origem e de destino, conforme descrito no item 1.5.2 deste informativo.

O contribuinte de Pernambuco, quando remetente da mercadoria, deverá partilhar o ICMS Consumidor Final, recolhendo para a UF de destino os percentuais de 40% em 2016; 60% em 2017 e de 80% em 2018, através do documento de arrecadação definido pela UF de destino.

Neste período, cabem a Pernambuco, respectivamente, os percentuais de 60% em 2016; 40% em 2017 e de 20% em 2018, além do imposto interestadual de origem.

IMPORTANTE:

Quando a operação interestadual iniciada em Pernambuco for contemplada com benefício fiscal, este também incidirá, na mesma proporção, sobre a parcela do ICMS Consumidor Final devida a este Estado (ver exemplos de cálculo no capítulo 4 deste informativo).

2.4.3 FCP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

O adicional do FCP de até 2% deverá ser recolhido à parte e integralmente para a UF de destino, conforme dispuser a legislação da respectiva UF.

2.4.4 Prazos de recolhimento

Os contribuintes **não inscritos** na UF de localização do destinatário devem recolher o ICMS Consumidor Final na saída do bem ou no início da prestação, em relação a cada operação ou prestação. O documento de arrecadação deve mencionar o número do respectivo documento fiscal e acompanhar o trânsito do bem ou a prestação do serviço.

Os contribuintes **inscritos** na UF de localização do destinatário recolherão o ICMS Consumidor Final até o dia 15 do mês subsequente à saída do bem ou ao início da prestação de serviço. Na hipótese de já possuir inscrição como contribuinte-substituto, o ICMS Consumidor Final será recolhido no prazo previsto no respectivo convênio ou protocolo que dispõe sobre a substituição tributária, com o código específico previsto para o recolhimento do ICMS Consumidor Final.

A inadimplência do contribuinte inscrito em relação ao ICMS Consumidor Final, ou a irregularidade de sua inscrição estadual faculta à unidade federada de destino exigir que o imposto seja recolhido na saída da mercadoria ou início da prestação.

Para o contribuinte do Estado de Pernambuco, o recolhimento do ICMS interestadual, bem como da parcela do ICMS Consumidor Final que cabe à UF de origem, nos percentuais estabelecidos, devem ser efetuados no prazo normal da categoria.

2.4.5 Quadros-Resumo

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO A PERNAMBUCO

| Imposto | ICMS INTERESTADUAL | | ICMS CONSUMIDOR FINAL | |
|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------|
| | Normal | Simple Nacional | Normal | Simple Nacional |
| Documento de arrecadação | DAE (apuração normal) | DAS (receita bruta) | DAE (apuração normal) | ----** |
| Código de receita | 005-1 | PGDAS-D* | 005-1 | ----** |
| Prazos de recolhimento | prazo normal da categoria | dia 20 do mês subsequente | prazo normal da categoria | ----** |

*o ICMS pago através do DAS é convertido internamente no código de receita 062-0.

** não há recolhimento à parte para a UF de origem. Considera-se recolhida a parcela do imposto devida a Pernambuco quando do recolhimento do Simple Nacional através do PGDAS-D com base na receita bruta.

RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO À UF DE DESTINO

| Imposto | | ICMS CONSUMIDOR FINAL | FCP |
|-----------------------------|-------------------------------|---|--|
| Contribuinte | | Normal ou Simple Nacional | Normal ou Simple Nacional |
| Documento de arrecadação | | GNRE ou doc. arrecad. UF destino* | GNRE ou doc. arrecad. UF destino* |
| Código de receita (se GNRE) | inscrito na UF de destino | 10011-0 | 10013-7 |
| | NÃO inscrito na UF de destino | 10010-2 | 10012-9 |
| Prazos de recolhimento | inscrito na UF de destino | dia 15 do mês subsequente OU prazo previsto no convênio ou protocolo de ST | dia 15 do mês subsequente OU prazo previsto no convênio ou protocolo de |

| | | | |
|--|--------------------------------------|--|--|
| | | | ST |
| | NÃO inscrito na UF de destino | antes da saída do bem ou início da prestação** | antes da saída do bem ou início da prestação |

* observar a legislação da UF de destino para identificar se o recolhimento deve ser através de GNRE ou documento de arrecadação próprio.

2.5 Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária - GIA-ST

Os contribuintes de Pernambuco inscritos na UF de destino e que realizarem operação ou prestação que destinem mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outra UF devem apresentar a GIA-ST à UF de destino.

Mais informações sobre o preenchimento da GIA-ST devem ser obtidos no item 1.7 deste informativo e no Ajuste SINIEF 04/1993.

2.6 Escrituração fiscal

A escrituração das operações e prestações de serviço de que trata este informativo, que não tenham sido objeto de substituição tributária, deve seguir a legislação em vigor, observando-se:

- lançar o documento fiscal da operação ou prestação no SEF / Registro de Saídas, informando valor da operação, valor da base de cálculo, alíquota interestadual e ICMS interestadual nos campos próprios. Na aba "Observação" informar o valor do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza, se houver, e o valor do ICMS Consumidor Final, devido à UF de destino;
- informar a parcela do ICMS Consumidor Final que cabe a Pernambuco em "Ajustes da apuração do ICMS > Débitos do ICMS normal > Outros débitos > Outro débito: pagamento de débito próprio". Na aba "Observação" informar o documento fiscal a que se refere.

IMPORTANTE:

O percentual do ICMS Consumidor Final destinado à UF de origem comporá o montante do ICMS normal (cod. rec. 005-1) a ser recolhido pelo contribuinte deste Estado no prazo normal da categoria.

Mais esclarecimentos sobre escrituração fiscal podem ser obtidos no informativo "Escrituração Fiscal – SEF 2012", na página da Sefaz na Internet.

2.7 Mercadoria sujeita à substituição tributária em PE

Decreto nº 19.528/1996, art. 12, § 5º, art. 21, § 5º

O contribuinte-substituto que efetuar saídas com mercadorias sujeitas à substituição tributária - ST e destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS não efetuará retenção do ICMS-ST, pois não haverá operação subsequente a substituir. A operação deve ser tratada como produto não sujeito à ST.

Quando estas operações forem efetuadas pelo contribuinte-substituído, onde já houve recolhimento integral do imposto para Pernambuco, este deverá proceder conforme descrito nos itens abaixo.

2.7.1 Emissão do documento fiscal

Decreto nº 19.528/1996, art. 12, § 5º

O contribuinte-substituído que efetuar operação destinada a não contribuinte do ICMS localizado em outra Unidade da Federação, deverá emitir a respectiva NF-e com os seguintes destaques:

- Do ICMS normal (alíquota interestadual), no campo próprio, de forma meramente indicativa; e
- Do ICMS Consumidor Final (parcela devida à UF de destino, nos termos do item 2.4.2 deste informativo). Como não há campo próprio na NF-e, esta informação deverá constar em “Informações Complementares”.

2.7.2 Escrituração fiscal

A escrituração das operações e prestações de serviço de que trata este informativo, que já foram objeto de substituição tributária, deve seguir a legislação pertinente, observando-se que neste caso, o ICMS interestadual e a parcela da diferença de alíquota pertencente a Pernambuco não devem ser debitados, visto que já houve o recolhimento destes impostos para Pernambuco quando da aquisição da mercadoria (ICMS-ST). Apenas deverá recolher à UF de destino a parcela do diferencial de alíquotas que lhe cabe.

- Lançar o documento fiscal da operação ou prestação no SEF / Saídas e Prestações, informando até o valor contábil, que é o valor total da nota. Os campos valor da base cálculo, alíquota interestadual e ICMS interestadual **não** devem ser preenchidos.
- Na aba “Observação” informar o valor do ICMS relativo ao Fundo de Combate à Pobreza, se houver, e o valor do ICMS Consumidor Final devido à UF de destino.

2.7.3 Ressarcimento do ICMS quando recolhido a maior para PE

Decreto nº 19.528/1996, art. 21, § 5º

Considerando que o ICMS já havia sido recolhido integralmente para Pernambuco, o contribuinte-substituído poderá adotar o mecanismo do ressarcimento previsto no art. 21 do Decreto nº 19.528/1996 para recuperar o valor relativo à diferença porventura existente entre a soma do imposto efetivamente devido a PE na operação interestadual acrescido da parcela do ICMS Consumidor Final pertencente a este Estado, e a soma do ICMS normal e do ICMS antecipado destacados na respectiva nota de aquisição da mercadoria.

Valor do ressarcimento = (ICMS normal + ICMS antecipado destacados na nota de aquisição) –
(ICMS operação interestadual + parcela ICMS Consumidor Final pertencente a este Estado)

Para mais esclarecimentos sobre o mecanismo de ressarcimento, consultar o informativo “Substituição Tributária – Regras Gerais”, na página da Sefaz na Internet (www.sefaz.pe.gov.br) em Legislação >> Dúvidas Tributárias/Informativos Fiscais (a partir de 01/10/2017).

2.8 Operação efetuada por contribuinte não inscrito no Cacepe

Decreto nº 44.650/2017, art. 193 a 196; Protocolo ICMS 42/2009, cláusula segunda, II

O contribuinte dispensado de inscrição no Cacepe que efetuar operação interestadual para consumidor final não contribuinte do ICMS observará os seguintes procedimentos:

- A repartição fazendária emitirá a Nota Fiscal Eletrônica de forma avulsa, calculando o ICMS Consumidor Final nos termos deste informativo. O DAE (cód. rec. 070-1) será emitido no montante correspondente ao ICMS relativo à operação interestadual acrescido da parcela do ICMS Consumidor Final devida a Pernambuco;
- O contribuinte recolherá ainda a parcela do ICMS Consumidor Final pertencente à UF de destino, através de GNRE (cód. rec. 10010-2) ou do documento de arrecadação previsto na legislação daquela UF. Recolher ainda o adicional relativo ao Fundo de Combate à Pobreza – FCP, nos termos do item 2.4.3 deste informativo, se houver.

Nas operações interestaduais isentas ou não tributadas, a Nota Fiscal Eletrônica de forma avulsa também será emitida pela repartição fazendária, cabendo ao contribuinte o recolhimento da parcela do ICMS Consumidor Final devido à UF de destino, se houver.

3. SIMPLES NACIONAL

3.1 Aplicabilidade

Convênio ICMS 93/2015, cláusula nona

Nas operações e prestações interestaduais para consumidor final não inscrito, o contribuinte optante pelo Simples Nacional também deve recolher o ICMS Consumidor Final, e o adicional do FCP ou FECEP, se houver, **à UF de destino**, nos mesmos termos dos demais contribuintes.

ICMS Consumidor Final = (BC x alíquota interna da UF de destino) – (BC x alíquota interestadual UF de origem)

Quanto ao ICMS devido a UF de origem, para o remetente do Simples Nacional **localizado em PE**, considera-se recolhido o imposto devido (operação interestadual + parcela do ICMS Consumidor Final devida à UF de origem) quando do recolhimento do Simples Nacional através do PGDAS-D com base na receita bruta. Neste caso, não há recolhimento à parte para a UF de origem.

IMPORTANTE:

Está **suspensa** a obrigação do contribuinte do Simples Nacional de recolher o ICMS Consumidor Final devido à UF de destino, por força de medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5464. A suspensão é provisória, até o julgamento do mérito da ação.

3.2 Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação – DeSTDA

Ajuste SINIEF 12/2015; Resolução CGSN 94/2011, art. 69-A; Decreto nº 44.650/2017, art. 365 e 366

O contribuinte optante pelo Simples Nacional, exceto MEI, deveria informar a DeSTDA - Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação, para prestação de informações relativas ao ICMS devido por substituição tributária, antecipação tributária, diferencial de alíquotas, e o ICMS devido nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços ao consumidor final não contribuinte do imposto.

Porém, por decisão do Comitê Gestor do Simples Nacional, a aba da **DeSTDA** relativa às operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços ao consumidor final não contribuinte do imposto foi **desabilitada**, não cabendo nenhum preenchimento quanto a essas operações.

Mais informações, consultar o informativo “DeSTDA – Aplicação em Pernambuco”, disponível na página da Sefaz na Internet (www.sefaz.pe.gov.br), em Legislação > Dúvidas Tributárias/Informativos Fiscais (a partir de 01/10/2017).

4. EXEMPLOS

Os exemplos abaixo descritos referem-se às diferentes situações apresentadas ao longo dos itens deste informativo, indicados em **negrito** ao final de cada enunciado.

Regra geral, os contribuintes utilizados como exemplo fazem parte do regime normal de apuração, exceto quando houver referência expressa ao Simples Nacional.

Os itens que tratam de benefícios fiscais tendo Pernambuco como UF de destino refletem a tratamento definido por este Estado para a parcela do ICMS Consumidor Final que lhe pertence. Quando se tratar de operação destinada a outras UFs, cuja correspondente operação interna estiver contemplada com benefício fiscal, o contribuinte de Pernambuco deve confirmar com a outra UF qual o tratamento dado à parcela pertencente àquela UF.

IMPORTANTE:

Nos exemplos abaixo mencionados, no valor total da nota fiscal já se encontra incluído o valor do ICMS. O valor do próprio imposto integra a base de cálculo ICMS, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fim de controle. O referido imposto é aquele relativo à operação ou prestação interna na UF de destino da mercadoria ou serviço.

4.1 Operações/prestações destinadas a Pernambuco

4.1.1 Contribuinte localizado em Santa Catarina vende, em outubro/2017, mercadorias a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. A alíquota interna do produto em PE é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item **1.2.1** deste informativo):

| | | Destinação do imposto | |
|---|----------|-----------------------|--------------|
| | | SC (origem) | PE (destino) |
| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 1.000,00 | | |
| BC x 7% (alíquota interestadual) | 70,00 | 70,00 | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 7% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 70,00 | 110,00 | 44,00 (40%) | 66,00 (60%) |

4.1.2 Contribuinte localizado na Paraíba vende, em outubro/2017, 01 barco a remo a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 10.000,00. Observar que a mercadoria tem alíquota interna de 27% em PE (destino), aí incluídos 2% relativo ao FECEP. Calcular o ICMS devido na operação (item 1.2.2 deste informativo):

| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | | Destinação do imposto | |
|--|-----------|-----------------------|--------------|
| | | PB (origem) | PE (destino) |
| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 10.000,00 | | |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 1.200,00 | 1.200,00 | |
| [BC x 25% (alíquota interna do produto em PE, excluído o FECEP)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 2.500,00 – 1.200,00 | 1.300,00 | 520,00 (40%) | 780,00 (60%) |
| BC x 2% (FECEP) | 200,00 | | 200,00 |

4.1.3 Contribuinte localizado no Rio Grande do Norte vende, em outubro/2017, mercadorias a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 5.000,00. A operação interestadual é contemplada com redução de base de cálculo de 50% do valor da operação. A alíquota interna do produto em Pernambuco é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.1 deste informativo):

| Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 50% do valor da operação | | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | RN (origem) | PE (destino) |
| Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 50% do valor da operação | 2.500,00 | | |
| BC ¹ x 12% (alíquota interestadual) | 300,00 | 300,00 | |
| Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação | 5.000,00 | | |
| [BC ² x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC ² x 12% (alíquota interestadual)] = 900,00 – 600,00 | 300,00 | 120,00 (40%) | 180,00 (60%) |

4.1.4 Contribuinte localizado em Santa Catarina vende, em outubro/2017, mercadorias a consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. A operação interestadual é contemplada com isenção. A alíquota interna do produto em PE é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.1 deste informativo):

| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | SC (origem) | PE (destino) |
| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 1.000,00 | | |
| Operação interestadual isenta. Não há imposto devido. | -- | -- | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 7% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 70,00 | 110,00 | 44,00 (40%)* | 66,00 (60%) |

*Observar a legislação da UF de origem para verificar se é devido o percentual da partilha destinado à origem, uma vez que a operação interestadual é isenta.

4.1.5 Contribuinte localizado na Bahia vende mercadorias importadas, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. Em Pernambuco, a operação interna com os referidos produtos é contemplada com redução de base de cálculo para 60% do valor da operação. Considerando que a alíquota interna é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item **1.3.2** deste informativo):

| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 1.000,00 | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | BA (origem) | PE (destino) |
| BC x 4% (alíquota interestadual) | 40,00 | 40,00 | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] x 60% (percentual do imposto efetivamente devido na operação interna em PE) = (180,00 – 40,00) x 60% | 84,00 | 33,60 (40%) | 50,40 (60%) |

4.1.6 Contribuinte localizado no Rio de Janeiro vende máquinas agrícolas, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 6.000,00. A operação interestadual iniciada no RJ é beneficiada com redução de base de cálculo, resultando em carga tributária líquida conforme o percentual abaixo descrito (Convênio ICMS nº 52/1991). Em Pernambuco onde a alíquota interna é 18%, é concedido um benefício que reduz a base de cálculo para um montante de 32,94% na saída interna dessa mercadoria, conforme previsto no inciso II do art. 20 do Anexo 3 do Decreto nº 44.650/2017.

Calcule o ICMS devido na operação (itens **1.3.2** e **2.2** deste informativo):

- Operação interestadual – saída de RJ: redução de BC de modo que a carga tributária seja **4,1%** do valor da operação;
- Operação interna – em PE: A BC fica reduzida para **32,94%** sobre o valor da saída interna dessa mercadoria.

Cálculo do % da BC devido na operação interestadual (em RJ), considerando a carga líquida de 4,1%:

7% ---- 4,1%

100 ---- x → x = **58,5714%**

| Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 58,5714% do valor da operação | 3.514,28 | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | RJ (origem) | PE (destino) |
| BC ¹ x 7% (alíquota interestadual) | 246,00 | 246,00 | |
| Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação | 6.000,00 | | |

| | | | |
|---|--------|-------------|--------------|
| $[BC^2 \times 18\% \text{ (alíquota interna do produto em PE)}] - [BC^2 \times 7\% \text{ (alíquota interestadual)}] \times 32,94\%$ $= (1.080,00 - 420,00)$ | 217,40 | 86,96 (40%) | 130,44 (60%) |
|---|--------|-------------|--------------|

4.1.7 Contribuinte localizado na Paraíba vende produtos em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 1.000,00. Considerando que a alíquota interna dos produtos em Pernambuco é 7%, calcular o ICMS devido na operação (item 1.2.1 deste informativo):

| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 1.000,00 | Destinação do imposto | |
|---|----------|-----------------------|--------------|
| | | PB (origem) | PE (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 120,00 | 120,00 | |
| $[BC \times 7\% \text{ (alíquota interna do produto em PE)}] - [BC \times 12\% \text{ (alíquota interestadual)}]$ $70,00 - 120,00 = 0$ | ---* | ---* | ---* |

*Não há ICMS Consumidor Final nesta operação, já que a alíquota interna do produto é menor que a alíquota interestadual.

4.1.8 Contribuinte efetua, em outubro/2017, para consumidor final não contribuinte do ICMS, serviço de transporte rodoviário de mercadoria do Ceará para Pernambuco. Valor da prestação: R\$ 500,00. Em Pernambuco, a alíquota interna na prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas é 18%.

| Base de Cálculo (BC) = valor da prestação | 500,00 | Destinação do imposto | |
|---|--------|-----------------------|--------------|
| | | CE (origem) | PE (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 60,00 | 60,00 | |
| $[BC \times 18\% \text{ (alíquota interna do prestação em PE)}] - [BC \times 12\% \text{ (alíquota interestadual)}]$ $= 90,00 - 60,00$ | 30,00 | 12,00 (40%) | 18,00 (60%)* |

* A partir de 01/10/2017, a prestação interna de serviço de transporte rodoviário de cargas destinada a **não contribuinte do ICMS** é tributada normalmente, cabendo ICMS Consumidor Final nesta prestação para Pernambuco. A isenção prevista no inciso III do art. 59 do Decreto 44.650/2017 aplica-se somente à prestação interna de serviço de transporte rodoviário de cargas destinada a contribuinte do ICMS.

4.1.9 Contribuinte localizado no Rio de Janeiro vende sabão em tabletes de 500g, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Pernambuco, no valor total de R\$ 500,00. Neste exemplo, a operação interestadual tem tributação normal, enquanto que a correspondente operação interna em PE é beneficiada com redução de base de cálculo (Cesta Básica – Decreto nº 26.145/2003), resultando em carga tributária líquida de 7%. Considerando que a alíquota interna é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 1.3.2 deste informativo):

- Cálculo do % da BC devido na operação interna (em PE), considerando a carga líquida de 7%:

18% ---- 7%

100 ---- x → x = **38,89%**

| | | Destinação do imposto | |
|---|--------|-----------------------|--------------|
| Base de Cálculo (BC) = valor da operação | 500,00 | RJ (origem) | PE (destino) |
| BC x 7% (alíquota interestadual) | 35,00 | 35,00 | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em PE)] – [BC x 7% (alíquota interestadual)] x 38,89% (percentual do imposto efetivamente devido na operação interna em PE) = (90,00 – 35,00) x 38,89% | 21,39 | 8,56 (40%) | 12,84 (60%) |

4.2 Operações/prestações iniciadas em Pernambuco

4.2.1 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias importadas, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado no Ceará, no valor total de R\$ 3.000,00. A alíquota interna do produto no Ceará é 17%. Calcular o ICMS devido na operação (item **2.1.1** deste informativo):

| | | Destinação do imposto | |
|---|----------|-----------------------|--------------|
| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 3.000,00 | PE (origem) | CE (destino) |
| BC x 4% (alíquota interestadual) | 120,00 | 120,00 | |
| [BC x 17% (alíquota interna do produto em CE)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 510,00 – 120,00 | 390,00 | 156,00 (40%) | 234,00 (60%) |

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|---|
| VI. Contábil | 3.000,00 |
| ICMS base cálc. | 3.000,00 |
| ICMS (alíq. %) | 4 |
| ICMS | 120,00 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido ao Ceará: 156,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
|--|---------------|
| ICMS DÉBITO | 120,00 |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio* | 156,00 |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 276,00 |

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|----------------|---------------|
| CRÉDITO | |
| DÉBITO | 276,00 |
| SALDO | 276,00 |

| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
|---------------------------|---------------|
| ICMS Normal | 276,00 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | 276,00 |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.2 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Minas Gerais, no valor total de R\$ 10.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com redução de base de cálculo, de tal modo

que a carga líquida corresponda a 7% do valor da operação. Considerando que a alíquota interna em MG é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

- ✓ Carga tributária total para PE:

$$12\% \text{ op. interestadual} + [(18\% - 12\%) \times 40\%] \text{ ICMS Consumidor Final} = 12\% + 2,4\% = \mathbf{14,4\%}$$

- ✓ Percentual da base de cálculo a ser utilizado para resultar em carga líquida de 7%:

$$14,4\% \text{ ---- } 7\%$$

$$100 \text{ ---- } x \rightarrow \mathbf{x = 48,6111\%}$$

- ✓ Valor do ICMS Consumidor Final devido a PE:

$$600,00 \times 40\% = 240,00 \rightarrow 240,00 \times 48,6111\% = \mathbf{116,67}$$

| | | Destinação do imposto | |
|---|-----------|-----------------------|--------------|
| Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 44,8718% do valor da operação | 4.861,11 | PE (origem) | MG (destino) |
| BC ¹ x 12% (alíquota interestadual) | 583,33 | 583,33 | |
| Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação | 10.000,00 | | |
| [BC ² x 18% (alíquota interna do produto em MG)] – [BC ² x 12% (alíquota interestadual)] = 1.800,00 – 1.200,00 | 600,00 | 116,67 (40%) | 360,00 (60%) |

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|---|
| VI. Contábil | 10.000,00 |
| ICMS isn/ñ. trib. | 5.138,89 |
| ICMS base cálc. | 4.861,11 |
| ICMS (alíq. %) | 12 |
| ICMS | 583,33 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido a Minas Gerais: 360,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL |
|------------------------|
|------------------------|

| | |
|--|---------------|
| ICMS DÉBITO | 583,33 |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio* | 116,67 |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 700,00 |

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|----------------|---------------|
| CRÉDITO | |
| DÉBITO | 700,00 |
| SALDO | 700,00 |

| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
|------------------------|---------------|
| ICMS Normal | 700,00 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | 700,00 |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.3 Comerciante varejista localizado em Pernambuco, que realiza vendas exclusivamente pela internet, vende mercadorias importadas, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado no Pará, no valor total de R\$ 2.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com crédito presumido de 3,5% sobre o valor da saída interestadual. Considerando que a alíquota interna para o produto no PA é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo – quadro importante):

✓ Carga tributária total para PE:

$$4\% \text{ op. interestadual} + [(17\% - 4\%) \times 40\%] \text{ ICMS Consumidor Final} = 4\% + 5,2\% = 9,2\%$$

✓ Crédito presumido de 3,5% sobre o valor da saída interestadual:

$$3,5\% \text{ op. Interestadual} = 2.000,00 \times 3,5\% = 70,00$$

| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | 2.000,00 | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | PE (origem) | PA (destino) |
| BC x 4% (alíquota interestadual) | 80,00 | 80,00* | |
| [BC x 17% (alíquota interna do produto no PA)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 340,00 – 80,00 | 260,00 | 104,00 (40%) | 156,00 (60%) |

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|--|
| Vi. Contábil | 2.000,00 |
| ICMS base cálc. | 2.000,00 |
| ICMS (alíq. %) | 4 |
| ICMS | 80,00 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido ao Pará: 156,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| CRÉDITOS DO ICMS NORMAL | |
|--|--------------|
| OUTROS CRÉDITOS | |
| ✓ Outro crédito: crédito presumido/outorgado CP = BC x 3,5% = 2.000,00 x 3,5% | 70,00 |
| ESTORNO DE DÉBITO | |
| VALOR CRÉDITOS | 70,00 |
| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
| ICMS DÉBITO | 80,00 |

| | |
|---|---------------|
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio | 104,00 |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 184,00 |

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|----------------|---------------|
| CRÉDITO | 70,00 |
| DÉBITO | 184,00 |
| SALDO | 114,00 |

| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
|------------------------|---------------|
| ICMS Normal | 114,00 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | 114,00 |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.4 Contribuinte do **Simples Nacional** localizado em Pernambuco vende mercadorias importadas, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Alagoas, no valor total de R\$ 4.000,00. A alíquota interna do produto em Alagoas é 17%. Calcular o ICMS devido na operação:

IMPORTANTE:

A eficácia desse exemplo está suspensa por força da ADI 5464 em tramitação no STF que liminarmente suspendeu a obrigação do contribuinte do Simples Nacional de recolher o ICMS Consumidor Final devido à UF de destino.

(Observar o quadro IMPORTANTE do item 3.1 deste informativo)

| | | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|-----------------|
| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | | PE (origem) | AL (destino) |
| BC x 4% (alíquota interestadual) | 4.000,00 | ---- | |
| [BC x 17% (alíquota interna do produto em AL)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 680,00 – 160,00 | 520,00 | ---- | 312,00 (60%) |

* considera-se recolhido o imposto devido a Pernambuco (operação interestadual + parcela do ICMS Consumidor Final devida à UF de origem) quando do recolhimento do Simples Nacional através do PGDAS-D com base na receita bruta. Não há recolhimento à parte para a UF de origem.

4.2.5 Contribuinte-substituído vende para consumidor final não contribuinte do ICMS localizado na Paraíba, em outubro/2017, mercadorias no valor de 5.000,00, onde já houve cobrança do ICMS-ST integralmente para Pernambuco. A alíquota interna do produto na Paraíba é 18%. Calcular o ICMS devido na operação (item 2.7 deste informativo):

| | | Destinação do imposto | |
|---|----------|-----------------------|-----------------|
| Base de Cálculo (BC = valor da operação) | | PE (origem) | PB (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 5.000,00 | ---- | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em PB)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 900,00 – 600,00 | 300,00 | ---- | 180,00 (60%) |

*o ICMS devido a Pernambuco já foi integralmente recolhido através do ICMS-ST.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|--|
| VI. Contábil | 5.000,00 |
| ICMS base cálc. | --- |
| ICMS (alíq. %) | --- |
| ICMS | --- |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido à Paraíba: 120,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
|---|-----|
| ICMS DÉBITO | --- |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio | --- |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | --- |

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|----------------|-----|
| CRÉDITO | --- |
| DÉBITO | --- |
| SALDO | --- |

| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
|---------------------------|-----|
| ICMS Normal | --- |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | --- |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.6 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado em Sergipe, no valor total de R\$ 1.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com redução de base de cálculo, que corresponderá a 20% do valor da operação. Considerando que a alíquota interna em SE é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

| | | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| Base de Cálculo da operação interestadual (BC ¹) = 20% do valor da operação | 200,00 | PE (origem) | SE (destino) |
| BC ¹ x 12% (alíquota interestadual) | 24,00 | 24,00 | |
| Base de Cálculo do ICMS Consumidor Final (BC ²) = valor da operação | 1.000,00 | | |
| [BC ² x 18% (alíquota interna do produto em SE)] – [BC ² x 12% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 120,00 | 60,00 | 4,80 | 36,00 (60%) |

✓ Valor do ICMS Consumidor Final devido a PE considerando a redução de base de cálculo:

$$60,00 \times 40\% = 24,00 \rightarrow 24,00 \times 20\% = \mathbf{4,80}$$

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|---|
| VI. Contábil | 1.000,00 |
| ICMS isn/ñ. trib | 800,00 |
| ICMS base cálc. | 200,00 |
| ICMS (alíq. %) | 12 |
| ICMS | 24,00 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido a Sergipe: 36,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
|--|--------------|
| ICMS DÉBITO | 24,00 |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio* | 4,80 |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 28,80 |

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|----------------|--------------|
| CRÉDITO | |
| DÉBITO | 28,80 |
| SALDO | 28,80 |

| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
|---------------------------|--------------|
| ICMS Normal | 28,80 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | 28,80 |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.7 Contribuinte localizado em Pernambuco vende mercadorias, em outubro/2017, a um consumidor final não contribuinte do ICMS situado na Bahia, no valor total de R\$ 3.000,00. A operação interestadual com os referidos produtos é contemplada com isenção do ICMS. Considerando que a alíquota interna em BA é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item **2.2** deste informativo):

| Base de Cálculo (BC) = valor da operação | 3.000,00 | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | PE (origem) | BA (destino) |
| Operação interestadual isenta. Não há imposto devido. | --- | --- | |
| [BC x 17% (alíquota interna do produto em BA)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 510,00 – 360,00 | 150,00 | ---* | 90,00 (60%) |

* não há ICMS Consumidor Final devido a PE, já que este imposto tem a mesma natureza daquele relativo à operação interestadual, isenta do ICMS.

4.2.8 Contribuinte-substituído localizado em Pernambuco vende para consumidor final localizado em Alagoas, em outubro/2017, mercadorias cujo imposto já foi retido para este Estado através de substituição tributária, conforme descrição abaixo. Considerando que a alíquota interna em AL é 18%, calcular o ICMS Consumidor Final, bem como o valor do ressarcimento, se cabível (item **2.7** deste informativo):

✓ Dados da aquisição da mercadoria pelo contribuinte-substituído:

| QTD. | DESCRIÇÃO | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|------|-------------|-----------|-----------|
| 200 | Produto "Y" | 5,00 | 1.000,00 |

| BC ICMS | ALÍQ. | VL. ICMS | BC ICMS ST | VL. ICMS ST | TOTAL NOTA |
|----------|-------|----------|------------|-------------|------------|
| 1.000,00 | 7% | 70,00 | 1.300,00 | 164,00 | 1.164,00 |

✓ Dados da venda da mercadoria para o consumidor final em AL:

| QTD. | DESCRIÇÃO | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|------|-------------|-----------|-----------|
| 10 | Produto "Y" | 5,80 | 58,00 |

✓ ICMS Consumidor Final:

| Base de Cálculo (BC) = valor da operação | 58,00 | Destinação do imposto | |
|---|-------|-----------------------|--------------|
| | | PE (origem) | AL (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 6,96 | ----* | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em AL)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 10,44 – 6,96 | 3,48 | ----* | 2,09 (60%) |

* os valores do ICMS devidos a Pernambuco já foram recolhidos através do ICMS-ST

✓ Ressarcimento:

- Valor de ICMS pago quando da aquisição do produto, proporcional à operação subsequente:

$$\text{ICMS normal} = 10 \text{ (qt. vendida para outra UF)} \times 5,00 \text{ (valor unitário aquisição)} = 50,00 \times 7\% = 3,50$$

$$\text{ICMS-ST} = (10 \times 5,00 \times 30\% \times 18\%) - 3,50 = 8,20$$

$$\text{ICMS normal} + \text{ICMS-ST} = 3,50 + 8,20 = 11,70$$

- Valor do ICMS relativo à operação interestadual para consumidor final:

$$6,96 \text{ (operação interestadual)} + (3,48 \times 40\%) \text{ (ICMS Consumidor final para PE)} = 6,96 + 1,39 = 8,35$$

- Valor do ICMS passível de recuperação via ressarcimento: $11,70 - 8,35 = 3,35$.

4.2.9 Indústria localizada em Pernambuco vende, em outubro/2017, para consumidor final localizado em Santa Catarina mercadorias beneficiadas com crédito presumido Prodepe no percentual de 75% sobre o saldo devedor. Valor da operação: R\$ 1.200,00. Considerando que a alíquota interna do produto em SC é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo).

| Base de Cálculo (BC) = valor da operação | 1.200,00 | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | PE (origem) | SC (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 144,00 | 144,00* | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em SC)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 216,00 – 144,00 | 72,00 | 28,80 (40%)* | 43,20 (60%) |

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|---|
| VI. Contábil | 1.200,00 |
| ICMS isn/ñ. trib | |
| ICMS base cálc. | 1.200,00 |
| ICMS (alíq. %) | 12 |
| ICMS | 144,00 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido a SC: 43,20 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
|--|---------------|
| ICMS DÉBITO | 144,00 |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio* | 28,80 |
| Sub-apuração (tipo): (indicar a que sub-apuração corresponde a operação realizada) | |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 172,80 |
| SALDOS DO ICMS NORMAL | |
| SALDO DEVEDOR | 172,80 |
| DEDUÇÕES | |
| ✓ Dedução: incentivo fiscal (75%) ** | 129,60 |
| ICMS NORMAL | 43,20 |

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

** A partir de 01/05/2018 este valor deve ser lançado em Dedução: crédito presumido do PRODEPE "Indústria" (Decreto 21.959/99, artigos 5º, 6º e 7º)

APURAÇÃO DO ICMS

| CRÉDITO | |
|---------------------------|--------------|
| DÉBITO | 43,20 |
| SALDO | 43,20 |
| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
| ICMS Normal | 43,20 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |

| | |
|------------------------|--|
| ICMS a recolher total | |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.10 Contribuinte localizado em Pernambuco vende, em outubro/2017, para consumidor final localizado em Minas Gerais mercadorias beneficiadas com crédito presumido Prodepe no percentual de 3% sobre o valor da saída interestadual. Valor da operação: R\$ 7.000,00. Considerando que a alíquota interna do produto em MG é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo):

| Base de Cálculo (BC) = valor da operação | 7.000,00 | Destinação do imposto | |
|--|----------|-----------------------|--------------|
| | | PE (origem) | MG (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 840,00 | 840,00* | |
| [BC x 17% (alíquota interna do produto em MG)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 1.190,00 – 840,00 | 350,00 | 140,00 (40%)* | 210,00 (60%) |

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|-------------------------------|---|
| Vi. Contábil | 7.000,00 |
| ICMS isn/ñ. trib | |
| ICMS base cálc. | 7.000,00 |
| ICMS (alíq. %) | 12 |
| ICMS | 840,00 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido a Minas Gerais: 210,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
|--|---------------|
| ICMS DÉBITO | 840,00 |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio* | 140,00 |
| Sub-apuração (tipo): (indicar a que sub-apuração corresponde a operação realizada) | |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 980,00 |

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

| CRÉDITOS DO ICMS NORMAL | |
|---|---------------|
| OUTROS CRÉDITOS | |
| ✓ Outro crédito: crédito presumido/outorgado CP = BC x 3 % = 7.000,00 x 3% * | 210,00 |
| DEDUÇÕES * | |
| ESTORNO DE DÉBITO | |
| VALOR CRÉDITOS | 210,00 |

* a partir de 01/05/2018 o crédito presumido de 3% deve ser lançado em DEDUÇÕES: Dedução: crédito presumido do PRODEPE "Central de Distribuição" (Decreto 21.959/99, artigo 10)

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|---------------------------|---------------|
| CRÉDITO | 210,00 |
| DÉBITO | 980,00 |
| SALDO | 770,00 |
| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
| ICMS Normal | 770,00 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |

| | |
|------------------------|--|
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

4.2.11 Contribuinte inscrito em Pernambuco efetua, em outubro/2017, serviço de transporte de mercadoria, de Pernambuco para a Bahia. Valor da prestação: R\$ 200,00. Considerando, hipoteticamente, que a alíquota interna da prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas na Bahia é 17%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.1.1 deste informativo):

| | | Destinação do imposto | |
|---|--------|-----------------------|--------------|
| Base de Cálculo (BC) = valor da prestação | 200,00 | PE (origem) | BA (destino) |
| BC x 12% (alíquota interestadual) | 24,00 | 24,00 | |
| [BC x 17% (alíquota interna do prestação em BA)] – [BC x 12% (alíquota interestadual)] = 34,00 – 24,00 | 10,00 | 4,00 (40%) | 6,00 (60%) |

4.2.12 Empresa localizada em Pernambuco vende, em outubro/2017, para consumidor final localizado no Rio Grande do Sul mercadorias importadas beneficiadas com crédito presumido Prodepe no percentual de 47,5% sobre o imposto devido na operação. Valor da operação: R\$ 1.000,00. Considerando que a alíquota interna do produto no RS é 18%, calcular o ICMS devido na operação (item 2.2 deste informativo).

| | | Destinação do imposto | |
|---|----------|-----------------------|--------------|
| Base de Cálculo (BC) = valor da operação | 1.000,00 | PE (origem) | RS (destino) |
| BC x 4% (alíquota interestadual prod. importado) | 40,00 | 40,00* | |
| [BC x 18% (alíquota interna do produto em RS)] – [BC x 4% (alíquota interestadual)] = 180,00 – 40,00 | 140,00 | 56,00 (40%)* | 84,00 (60%) |

*neste caso, os valores originais destinados a Pernambuco não correspondem aos efetivamente recolhidos, pois sofrerão os efeitos do benefício do crédito presumido através da escrita fiscal do contribuinte.

- Cálculo do crédito presumido Prodepe (47,5% do imposto devido na saída interestadual):

ICMS da operação = 40,00 (ICMS próprio op. interestadual) + 56,00 (ICMS consumidor final devido a PE) = 96,00

Crédito presumido = 96,00 x 47,5% = **45,60**

Escrituração no SEF:

SAÍDAS E PRESTAÇÕES

| NF-e – Nota Fiscal eletrônica | |
|--------------------------------------|--|
| VI. Contábil | 1.000,00 |
| ICMS isn/ñ. trib | |
| ICMS base cálc. | 1.000,00 |
| ICMS (alíq. %) | 4 |
| ICMS | 40,00 |
| ICMS-ST base cálc. | |
| ICMS-ST | |
| Observação: | ICMS Consumidor Final devido a RS: 84,00 |

AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS

| DÉBITOS DO ICMS NORMAL | |
|--|--------------|
| ICMS DÉBITO | 40,00 |
| OUTROS DÉBITOS | |
| ✓ Outro débito: pagamento de débito próprio* | 56,00 |
| Sub-apuração (tipo): (indicar a que sub-apuração corresponde a operação realizada) | |
| ESTORNOS DE CRÉDITO | |
| VALOR DÉBITOS | 96,00 |
| SALDOS DO ICMS NORMAL | |
| SALDO DEVEDOR | 96,00 |
| DEDUÇÕES | |
| ✓ Dedução: incentivo fiscal (47,5%) ** | 45,60 |
| ICMS NORMAL | 50,40 |

*parcela do ICMS Consumidor Final devida a PE

** A partir de 01/05/2018 este valor deve ser lançado em Dedução: crédito presumido do PRODEPE "Comércio Importador Atacadista" (Decreto 21.959/99, art. 8º e 9º)

APURAÇÃO DO ICMS

| | |
|---------------------------|--------------|
| CRÉDITO | |
| DÉBITO | 50,40 |
| SALDO | 50,40 |
| OBRIGAÇÕES DO ICMS | |
| ICMS Normal | 50,40 |
| ICMS – ST Entradas | |
| ICMS – AT Entradas | |
| ICMS - ST (saídas/PE) | |
| ICMS Importação | |
| ICMS Outras | |
| ICMS a recolher total | |
| ICMS - ST (saídas/UFs) | |

5. PERGUNTAS E RESPOSTAS

5.1 A quem cabe a parcela do ICMS Consumidor Final devida à UF de destino quando um consumidor final não contribuinte domiciliado numa determinada UF adquirir mercadoria em UF diversa, e o endereço de entrega pertencer a uma terceira UF (caso 1)? E se o endereço de entrega for na mesma UF do remetente (caso 2)?

Exemplo - caso 1:

UF do remetente: PE

UF do destinatário: MG

UF de entrega da mercadoria: PB

Exemplo - caso 2:

UF do remetente: PE

UF do destinatário: PB

UF de entrega da mercadoria: PE

Em se tratando de operações com mercadorias, considera-se UF de destino aquela onde tem domicílio o destinatário, independentemente de onde deva ocorrer a entrega das mercadorias. Ou seja, prevalece o destino jurídico da mercadoria, e não o seu destino físico. Nos exemplos acima, o ICMS Consumidor Final relativo à UF de destino deve ser recolhido para MG (caso 1) e PB (caso 2). Exceção: construtora adquirindo material para entrega em canteiro de obras situado em outra UF. Nesse caso, a UF de destino é aquela onde se localiza o canteiro de obras, considerado estabelecimento autônomo.

Já nas prestações de serviço de transporte, a UF de destino é aquela onde tenha fim a prestação do serviço.

5.2 Qual o procedimento a ser adotado pelo Posto Fiscal se um contribuinte de outra Unidade da Federação, sem inscrição no Cacepe, enviar mercadoria destinada a consumidor final localizado em PE, sem a GNRE paga ou com recolhimento a menor?

A parcela do ICMS consumidor final que cabe a Pernambuco é devida pelo remetente da mercadoria e deverá ser cobrada na passagem do Posto Fiscal deste Estado, mediante lavratura de Auto de Apreensão, aplicando-se a multa prevista na alínea "c" do inciso X do art. 10 da Lei 11.514/1997.

5.3 Como proceder nas operações com brindes destinadas a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outras Unidades da Federação?

O procedimento previsto nos arts. 537 a 540 a do Decreto nº 44.650/2017 prevalece apenas nas operações internas. Nas operações interestaduais, deve ser observado o disposto neste informativo quanto ao cálculo e recolhimento do imposto, bem como quanto à emissão do documento fiscal de saída.

5.4 Como deve proceder o contribuinte de outro Estado que efetuar o recolhimento da parcela do ICMS Consumidor final devida a Pernambuco com o código da GNRE incorreto, nas vendas de mercadorias a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado neste Estado?

O contribuinte deverá solicitar o acerto do código da GNRE, enviando pelos correios via Serviço de Encomenda Expressa – SEDEX, para o seguinte endereço: DIRETORIA GERAL DE ANTECIPAÇÃO E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS (DAS) - Gerência de Processos Fiscais (GPRO/DRT) – 16º ANDAR Av. Dantas Barreto, nº 1186 (Edifício San Raphael), Bairro: São José, Recife/PE - CEP 50.020-904, a seguinte documentação:

- ✓ requerimento com firma reconhecida, solicitando o acerto do DAE, especificando o código de receita correto;
- ✓ cópia da GNRE paga.

5.5. Como proceder quando ocorrer devolução da mercadoria pelo consumidor final localizado em outra Unidade da Federação após ter sido efetuado o recolhimento do ICMS Consumidor final pelo remetente da mercadoria?

Remetente localizado em outra Unidade da Federação não inscrito no Cacepe:

- Quanto à parcela do ICMS recolhido para a UF origem: o contribuinte deverá observar a legislação da UF de origem;
- Quanto à parcela do ICMS recolhido para Pernambuco: enquanto a Sefaz/PE não editar norma específica disciplinando o assunto, o remetente da mercadoria deverá solicitar a restituição a este Estado, enviando a seguinte documentação pelos Correios via Serviço de Encomenda Expressa – SEDEX, para o seguinte endereço: DIRETORIA GERAL DE ANTECIPAÇÃO E SISTEMAS TRIBUTÁRIOS (DAS) - Gerência de Processos Fiscais (GPRO/DRT) – 16º ANDAR Av. Dantas Barreto, nº 1.186 (Edifício San Raphael), Bairro São José, Recife/PE - CEP 50.020-904:

- ✓ Requerimento com firma reconhecida, solicitando a mencionada restituição;
- ✓ Cópia da GNRE paga.

Remetente localizado em outra Unidade da Federação inscrito no Cacepe:

- Quanto à parcela do ICMS recolhido para a UF origem: o contribuinte deverá observar a legislação da UF de origem;
- Quanto à parcela do ICMS recolhido para Pernambuco: Como o contribuinte-substituto inscrito no Cacepe entrega a GIA-ST, ele deve informar as devoluções na GIA-ST, conforme disposto no inciso III, da cláusula décima-A do Ajuste SINIEF nº 04/1993, abatendo as devoluções em sua apuração.

Remetente localizado em Pernambuco não inscrito na UF de destino

- Quanto à parcela do ICMS recolhido para Pernambuco: o contribuinte deverá recuperar a parcela do ICMS recolhido para Pernambuco em sua escrituração fiscal. No SEF 2012, efetuar o lançamento deste imposto em “Ajustes da apuração/Créditos do ICMS normal/Outros Créditos, mencionando no campo “observações”, que se trata de mercadoria objeto de devolução, devendo ainda citar o número do documento fiscal relativo à entrada da mercadoria”.
- Quanto à parcela do ICMS recolhido para a UF de destino: o contribuinte deverá observar a legislação da UF de destino.

Remetente localizado em Pernambuco inscrito na UF de destino

- Quanto à parcela do ICMS recolhido para Pernambuco: o contribuinte deverá recuperar a parcela do ICMS recolhido para Pernambuco em sua escrituração fiscal. No SEF 2012, efetuar o lançamento deste imposto em “Ajustes da apuração/Créditos do ICMS normal/Outros Créditos, mencionando no campo “observações”, que se trata de mercadoria objeto de devolução, devendo ainda citar o número do documento fiscal relativo à entrada da mercadoria”.
- Quanto à parcela do ICMS recolhido para a UF de destino: Como o contribuinte-substituto inscrito na UF de destino entrega a GIA-ST para esta UF, ele deve informar as devoluções na GIA-ST, conforme disposto no inciso III, da cláusula décima-A do Ajuste SINIEF nº 04/1993, abatendo as devoluções em sua apuração.

5.6. Como o contribuinte deve proceder quando efetuar operação interestadual de venda de veículos automotores novos destinados a consumidor final não contribuinte do ICMS, sujeito ao regime da substituição tributária prevista no Convênio ICMS nº 51/2000, que disciplina a venda de veículos com faturamento direto a consumidor final? Aplica-se o Convênio ICMS nº 51/2000 ou a Emenda Constitucional nº 87/2015?

Deve ser aplicado o Convênio ICMS nº 51/2000, que no Estado de Pernambuco foi regulamentado pelo Decreto nº 23.217/2001. Isso ocorre porque nos casos de venda interestadual de veículos automotores novos a consumidor final, tanto para contribuinte como para não contribuinte do ICMS, o próprio Convênio ICMS nº 51/2000, já previa a repartição da receita do ICMS incidente sobre aquela operação, de tal forma

que a Unidade da Federação de destino da referida mercadoria também tenha participação no ICMS incidente sobre a venda.

Para evitar quaisquer questionamentos jurídicos acerca da aplicabilidade do Convênio ICMS nº 51/2000 após o advento da EC nº 87/2015, o Confaz editou o Convênio ICMS nº 147, em 15 de dezembro de 2015, que mantém em sua integralidade as disposições do Convênio ICMS nº 51/2000, confirmando que a partir de 01/01/2016, a EC nº 87/2015 não altera a sistemática regulamentada pelo mencionado convênio para o recolhimento do ICMS nas operações de venda direta de veículos automotores para consumidor final.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Constituição Federal de 1988
- Lei Complementar nº 87/1996
- Lei nº 15.730/2016
- Lei nº 15.523/2003
- Decreto nº 19.528/1996
- Decreto nº 26.402/2004
- Decreto nº 42.546/2015
- Decreto nº 44.650/2017
- Decreto nº 42.594/2016
- Portaria SF nº 142/2002
- Ajuste ICMS nº 04/1993
- Ajuste SINIEF nº 07/2005
- Ajuste SINIEF nº 09/2007
- Ajuste SINIEF nº 12/2015
- Ajuste SINIEF nº 07/2016
- Convênio SINIEF nº 06/1989
- Convênio ICMS nº 51/2000
- Convênio ICMS nº 93/2015
- Convênio ICMS nº 147/2015
- Convênio ICMS nº 152/2015
- Convênio ICMS nº 153/2015
- Convênio ICMS nº 9/2016
- Resolução CGSN nº 94/2011
- Protocolo ICMS 42/2009
- Ajuste SINIEF nº 04/1993